

## MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: uma análise do relatório da FAO intitulado “direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP”.

Neuton Silva Neto <sup>1</sup>

**Resumo:** A fome e a insegurança alimentar e nutricional ainda constituem um desafio para as nações do mundo. Para tentar entender e mitigar, os países debatem a questão da Segurança Alimentar e Nutricional. O presente artigo busca entender, de forma breve e introdutória, a insegurança alimentar através dos conceitos de desenvolvimento desigual e combinado, bem como de modernidade e colonialidade. Partindo deste princípio, é feita a análise e reflexão acerca do relatório que engloba a CPLP. Neste sentido, aplicar-se-á os temas para entender os caminhos sugeridos pelo relatório da FAO. A metodologia utilizada foi a análise de bibliografia e do relatório supracitado.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Desigual e Combinado; Modernidade/Colonialidade.

**MODERNITY, UNEQUAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY: AN ANALYSIS OF THE FAO REPORT ENTITLED “RIGHT TO FOOD AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN CPLP COUNTRIES”.**

**Abstract:** *Hunger and food and nutritional insecurity are still a challenge for the nations of the world. To try to understand and mitigate it, countries debate the issue of Food and Nutritional Security. This article seeks to understand, in a brief and introductory way, food insecurity through the concepts of uneven and combined development, as well as modernity and coloniality. Based on this principle, the analysis and reflection on the report that includes the CPLP is carried out. In this sense, the themes will be applied to understand the paths suggested by the FAO report. The methodology used was the analysis of the bibliography and the aforementioned report.*

**Key-Words:** *Food and nutrition security; Unequal and Combined Development; Modernity/Coloniality.*

---

<sup>1</sup> Mestre em relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia. Licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Jorge Amado e atualmente é professor do Bacharelado em Relações Internacionais no Centro Universitário Jorge Amado e Coordenador Docente do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais do Centro Universitário Jorge Amado.

## I.

A fome no mundo ainda é um desafio a ser superado. Estabelecer planos de desenvolvimento de uma nação excluindo-se a possibilidade de redução da fome da população não é um plano completo, pois povo com fome não é capaz de produzir, afirma Josué de Castro em sua obra “Homens e Caranguejo” (apud SILVA, 2014). Neste sentido, desde o final da I guerra mundial, os países passaram a dedicar à discussão acerca de questões relativas à fome da população. Silva (2014) chama a atenção para o fator de o debate estar elencado à fome na Europa, decorrente de efeitos do conflito.

Contudo, com efeitos práticos da guerra fria, a fome se tornou uma questão, também, com efeitos geopolíticos. Ora, ainda que a fome que era sentida no mundo impactasse de forma direta na produção de bens, o combate significaria sedimentar uma posição estratégica num mundo bipolar. Neste sentido, a cooperação internacional se torna fator preponderante para garantir esta posição.

Para tanto, acordos diversos foram firmados no mundo desde 1943. Silva (2014, p.9) afirma que a conferência de Hot Springs foi responsável por “(...) debater estratégias diante do cenário de destruição e das necessidades de reconstrução do mundo após o fim da guerra, que já dava sinais de definição”. Ainda que a conferência em questão não tenha muitos efeitos práticos, ficou estabelecida a necessidade de criar uma organização internacional com a finalidade de estabelecer estratégias para combater a fome global. Esta organização era a Food and Agriculture Organization (FAO, em português, Organização de Agricultura e Alimentação), com sede em Roma.

Neste momento, já se havia criado o conceito de “Segurança Alimentar”. Este estava profundamente ligado à capacidade dos países em ser autossuficientes na produção alimentícia, atingindo algum grau de soberania doméstica nesta questão. Maluf *et al* (2017, p.1) afirmam que “(...) esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos.”

Na década de 1970, os debates se acirraram com o fortalecimento do lobby da indústria química ligados aos agrotóxicos ou defensivos agrícolas (a depender da ótica do leitor). Este movimento industrial foi apelidado de “Revolução Verde”<sup>2</sup>. O discurso empreendido no momento era de que a erradicação da fome do mundo seria advinda do aumento maciço de produção agrícola (tendo os insumos químicos como potencializadores). Maluf *et al* (2017) afirmam esta ideia.

Contudo, Silva (2014, p. 10) afirma que “(...) mesmo com a recuperação da produção mundial de alimentos nos anos seguintes, os males da desnutrição e da fome não deixaram de estarem presentes, atingindo gravemente parcela importante da população mundial”. Maluf *et al* (2017) seguem o mesmo raciocínio. Em suma, ainda que tenha havido um crescimento da produção mundial de alimentos, não houve redução da fome da população mundial. Neste sentido, há uma necessidade de deslocamento de análise.

Um adendo importante a ser feito, há diversas análises a ser feitas acerca da questão da fome no mundo. Neste sentido, pode ser estabelecidos metáforas diversas que tentem desvendar o porquê a fome ainda é um problema mundial. Portanto, ainda que o presente texto aborde a questão de um viés com presença sociológica e com temas atinentes às ciências sociais, o debate é feito, também, em outras frentes<sup>3</sup>. Portanto, reforça-se aqui que a análise da insegurança alimentar e do relatório da FAO são com base nos conceitos de “Desenvolvimento Desigual e Combinado”, bem como o de “Modernidade e Colonialidade”.

Retomando, as análises por sobre a questão da insegurança alimentar ganham nova perspectiva após a década de 1970. Se o incremento da produção per se não garante, necessariamente, a redução da população vivendo em insegurança alimentar no mundo, então os especialistas deveriam abordar outros fatores. Silva (2014) observa, por exemplo, que os implementos feitos pela chamada “Revolução Verde” tiveram impacto na redução da diversidade de culturas cultivadas, bem como na amplitude de terras agricultáveis nas mãos de menos gente. Neste sentido, a insegurança alimentar em determinados países está ligada à situação socioeconômica.

<sup>2</sup> A análise mais profunda da “Revolução Verde” não constitui objeto de análise deste artigo. Contudo, dentro das referências há autores que tratam de alguma forma do movimento.

<sup>3</sup> Valente (2003) estabelece uma metáfora para explicar a diversidade de análises. Bloch (inserir ano) também descreve, em sua Metáfora do atalho da montanha, as diversas possibilidades de análise.

Assim, o conceito que a FAO aplica para insegurança alimentar de que “é uma consequência da não-realização do direito à alimentação” (PINTO, 2013, p. 6), explícito no relatório oficial descrito no título. Contudo, de maneira mais ampla, considera que a insegurança alimentar no mundo é influenciada pela pobreza da população.

Outro adendo, ainda que soem parecidos, insegurança alimentar e fome são distintos. O primeiro conceito pode estar relacionado às populações que se alimentem mal, de acordo com padrões estabelecidos. Ou seja, nem toda insegurança alimentar é fome. Mas a fome está no conceito de insegurança alimentar. O relatório mais recente da FAO sobre segurança alimentar no mundo explica esta questão desta maneira:

Las personas que experimentan una inseguridad alimentaria moderada afrontan incertidumbres sobre su capacidad para obtener alimentos y se han visto obligadas a reducir, en ocasiones durante el año, la calidad o la cantidad de alimentos que consumen debido a la falta de dinero u otros recursos. Esta hace referencia, por tanto, a una falta de acceso continuado a los alimentos, lo cual disminuye la calidad de la dieta, altera los hábitos alimentarios normales y puede tener consecuencias negativas para la nutrición, la salud y el bienestar. En cambio, en el caso de las personas que afrontan una inseguridad alimentaria grave es probable que se hayan quedado sin alimentos, hayan experimentado hambre y, en las situaciones más extremas, hayan pasado varios días sin comer, lo cual pone su salud y bienestar en grave riesgo. (FAO, 2019, p.5)

Ainda sobre segurança alimentar, pode ser adicionado para que se considere o seguinte:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo. (MALUF et al, 2017, p.4)

Desta maneira, o presente trabalho tem por objetivo olhar para os conceitos de segurança/insegurança alimentar com a visão dos conceitos da modernidade/colonialidade e do desenvolvimento desigual e comparado. Neste sentido, com base nas discussões já realizadas anteriormente, busca-se entender a insegurança alimentar com a ótica relativa aos conceitos descritos neste parágrafo. Feito isto, analisar-se-á o relatório da FAO intitulado “Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP”.

Sendo assim, o presente texto tem a pretensão de estabelecer um breve debate, e estará dividido nas seguintes sessões: a primeira, introdutória; a segunda, onde se estabelecerá uma triangulação dos conceitos de insegurança alimentar, modernidade/colonialidade e desenvolvimento desigual e comparado; análise do documento em questão; uma breve conclusão.

## II.

Como dito anteriormente, já há uma compreensão entre os organismos internacionais que a questão da insegurança alimentar está ligada à pobreza entre as nações. Para que haja uma triangulação adequada entre a insegurança alimentar, os conceitos de modernidade e colonialidade e o desenvolvimento desigual e comparado, faz-se mister fazer uma breve apresentação sobre os conceitos abordados.

Primeiramente, apresentar-se-á o desenvolvimento desigual e comparado. Este conceito fora trabalhado, a princípio por Leon Trotsky, nos escritos acerca da Revolução Russa de 1917. O autor assim descreve:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta

de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 2017, P.34)

Justin Rosemberg aplica este conceito ao fazer a análise dentro das Relações Internacionais. Em suas colocações, sobre a inquietação da contribuição das Relações Internacionais para as Ciências Sociais, ele enxerga no desenvolvimento desigual e combinado como uma análise possível para designar como marca.

Para tanto, ele aponta como fundamental, antes de debater o desenvolvimento desigual e combinado, a noção de multiplicidade, tão cara, segundo o autor, para o estudo. Neste sentido: “(...) it is multiplicity, not politics, that provides the deepest code of the international as a feature of human existence” (ROSEMBERG, 2016, p. 10). Assim, ele estabelece consequências para a multiplicidade: coexistência (em que o campo internacional tem por característica a ausência de regras centrais, logo as instituições coexistem); diferença (em que a multiplicidade quantitativa também é qualitativa); interação (todas as sociedades individuais confrontam-se com o fato que o mundo existe para além delas); combinação (nenhuma sociedade é linear e enclausurada); e mudança dialética (o processo de desenvolvimento global é dialético, em que mecanismos surgem dos fenômenos de interação em si).

Neste sentido, o desenvolvimento desigual e combinado aplicado à ideia de multiplicidade característica das Relações Internacionais vai de encontro ao pressuposto pela teoria de Edward Carr no seguinte ponto: “Carr argued from the nature of politics to the nature of the international. Trotsky’s idea, by contrast, is all about how deeply the international can reshape the dynamics of political development” (ROSEMBERG, 2016, P. 16).

Blaney e Tickner (2017) estabelecem uma crítica às questões levantadas por Rosemberg. Na visão dos autores, ao estabelecer um ponto no sentido de desenvolvimento desigual e combinado, Rosemberg aplica conceitos típicos da colonialidade, e isto faz com que alternativas ontológicas sejam subordinadas ou destruídas. Ou seja, ainda que, aparentemente, privilegie a diversidade, o ponto de vista estabelecido por Rosemberg pode não ser tão diverso assim. Contudo, a própria produção de conhecimento passa pelo processo de influência de aspectos relativos à colonialidade.

Neste sentido, Rojas (2016) chama a atenção para o fato de que a modernidade estabelece fatores para que se estabeleça um caminho, uma lógica com forte característica colonial. Destes fatores, a ser destacado estão a diferenciação entre a natureza e a cultura (que pressupõe um modelo cultural, como uma meta a ser estabelecida por outras culturas); a separação entre o moderno e não moderno (somente a modernidade é detentora do conhecimento, os não modernos são objetos de estudo); linha do tempo (há uma linearidade temporal estabelecida, como uma espécie de evolução).

Também, Blaney e Tickner (2017) afirmam que a área de Relações Internacionais é diversa, e que vem crescendo na capacidade de observar a diversidade. Entretanto, os impactos da modernidade e da colonialidade na construção da sociedade atual ainda são sentidos, pois está preso a uma mentalidade pedagógica colonizada.

Anibal Quijano (2000) chama a atenção para o fato de a modernidade ter se construído de forma fragmentada, sendo bastante racializada. Ora, seguindo o raciocínio de Rojas (2016), se há uma sociedade que constitui o “topo da cadeia evolutiva”, esta seria a europeia. Todas as outras do mundo estariam subordinadas a ela e ela seria a meta máxima a ser alcançada.

Neste sentido, a racialização das relações humanas promove, também, um controle do trabalho. Desta forma,

Esa colonialidad del control del trabajo determinó la distribución geográfica de cada una de las formas integradas en el capitalismo mundial. En otros términos, decidió la geografía social del capitalismo: el capital, en tanto que relación social de control del trabajo asalariado, era el eje en torno del cual se articulaban todas las demás formas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos (QUIJANO, 2000, p. 200)

Ou seja, ao mesmo tempo em que situava a relação central de produção e de trabalho, também impunha, no cenário global, um centro. Este centro é a Europa e os europeus. Quijano (2000, p. 200) ainda afirma que “El capitalismo mundial fue, desde la partida, colonial/moderno y eurocentrado”.

Interessante frisar que os estudos sobre modernidade/colonialidade situam suas análises na crítica do processo colonial, que gera mentalidade pedagógica (Blaney e Tickner, 2017), cria uma esfera evolutiva (Rojas 2016) com base num centro específico (Quijano, 2000). Blaney e Tickner criticam Rosemberg neste sentido, o desenvolvimento desigual e comparado também tem forte influência colonial.

O conceito de insegurança alimentar também não fugiria deste fator. Apesar de ser um conceito construído a partir de debates intensos, aspectos da colonialidade e da modernidade ainda permeiam o tema. Josué de Castro (apud Silva, 2014) havia feito essa afirmação, de que o conceito de segurança alimentar surge para entender o necessário para que o trabalhador produzisse.

Apesar da discussão sobre a produção em massa de alimentos no intuito de tentar erradicar a fome e a insegurança alimentar, a FAO já entende, em seus documentos oficiais que a questão está ligada à pobreza. No documento intitulado “Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação”, datado de 1996, os representantes afirmam o seguinte: “A pobreza é a maior causa de insegurança alimentar. Um desenvolvimento sustentável, capaz de erradicá-la, é crucial para melhorar o acesso aos alimentos.” (FAO, 1996).

A questão de como se entende a segurança alimentar é outro fator. Como apontou Rosemberg (2016) há uma multiplicidade de fatores que levariam a se caracterizar a segurança/insegurança alimentar no cenário internacional. Certamente, que, em complemento com Trotsky, há uma mudança no panorama das necessidades da população, que vê suas necessidades sendo moldadas em outro sentido.

Neste caso, o desenvolvimento desigual e combinado pode ser aplicado às necessidades geradas pela chamada “revolução verde”, em que sob forte lobby da indústria química, os países em desenvolvimento entenderam que o aumento da produtividade por se poderiam solucionar o problema. Como apontado por Silva (2014) e Maluf et al (2017), não ocorreu.

O desenvolvimento desigual e combinado também aparece nas questões atinentes ao conceito desenvolvido pela FAO para entender a segurança alimentar e combater a fome. O organismo da ONU entende que a cooperação internacional é fator preponderante, tanto no desenhar políticas públicas quanto no desenrolar da fiscalização de tudo o que vem sendo executado. Isto fica claro no seguinte ponto:

A menos que os Governos nacionais e a comunidade internacional se interessem pelas múltiplas causas da insegurança alimentar, o número de pessoas famintas e subnutridas continuará sendo elevado nos países em desenvolvimento, sobretudo na África Sub-Sahariana, e a segurança alimentar duradoura não será, desta forma, alcançada. Esta situação é inaceitável. O presente Plano de Acção prevê um esforço contínuo para se erradicar a fome em todos os países, com a finalidade imediata de reduzir à metade do nível actual, o mais tardar no ano 2015, o número de pessoas subnutridas, e efectuar uma avaliação periódica, com a finalidade de determinar se será possível alcançar esta meta até ao ano 2010. (FAO, 1996).

Contudo, o desenvolvimento desigual e combinado também contém traços marcantes da modernidade, assim como as questões atinentes a ela. Ora, de acordo com as críticas feitas ao conceito apresentados nesta parte do artigo, ainda que leve em consideração as multiplicidades, ainda tem dificuldade de romper com aspectos coloniais.

Em primeiro lugar, a questão moderna do combate à fome surgiu como resposta imediata à população europeia durante a I guerra mundial. Contudo, isto extrapolou o continente europeu, a questão do conceito também tem caráter colonial. Lembrando-se do que Quijano (2000) afirmou, as questões de produção de conhecimento são intimamente europeias. A produção de conceitos também não foge disto.

Também, é fator intrínseco da modernidade e da colonialidade estabelecer a relação de trabalho e de produção das antigas colônias. Rojas (2016), ao estabelecer a lógica colonial, estabelece os quesitos de cultura e natureza, moderno e não moderno, e temporal e atrasado. No momento em que houve a expansão europeia, houve, através dos conceitos ali tratados, o estabelecimento dos papéis sociais, contrastando o europeu (com uma missão civilizatória) e os nativos e/ou africanos<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O “e/ou” se justifica pelo fato da Diáspora Africana para a América. Neste caso, houve o estabelecimento como superioridade tanto dos nativos quanto dos africanos.

Quijano (2000) ao estabelecer a colonialidade do capital a partir de uma condição racial, afirma que as melhores condições de trabalho e o acesso às melhores condições estavam à disposição dos brancos. Isto incluía o acesso à terra. Maluf et al (2017) destaca que há uma questão inerente à chamada “revolução verde” e a concentração de terras em países em desenvolvimento. A FAO (1996) também entende que a concentração de terras é algo que deva ser combatido para que haja uma maior aproximação dos países com a meta da segurança alimentar.

Desta forma, a próxima sessão deste artigo visa discutir o relatório da FAO sobre insegurança alimentar especificamente entre os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), lançado em 2011. A análise deste documento se torna interessante para este trabalho, pois a CPLP é uma comunidade que reúne países “(...) com desenvolvimento humano muito elevado (Portugal), elevado (Brasil), médio (Cabo Verde, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe) e baixo (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique).” (PINTO, 2013, p.6). Também, é notório destacar que os países estão em estágios de desenvolvimento diversos, o que possibilita uma análise pelo desenvolvimento desigual e comparado. Por fim, a triangulação se fecha pela questão da colonialidade e modernidade, em que os países membros afetam e são afetados de alguma maneira.

### III.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional criada na década de 1990, com o intuito de reunir e concertar esforços em diversas áreas entre os países que falam a língua portuguesa. A criação teve iniciativa de Portugal e do Brasil, que convidou e sediou a primeira cúpula de países de língua portuguesa.

A CPLP se torna uma organização interessante no fato de que é multicontinental, tendo presença em quase todos os continentes do mundo. O que une os países pode ser definido como a língua portuguesa (por uma visão) ou o fato de ser um fórum de concertação entre um colonizador e suas ex-colônias (por outra visão).

A própria organização coloca as concertações conjunta entre os países como um fator preponderante (CPLP, 2019). Esta concertação se dá em diferentes frentes, podendo ser político-diplomáticas, econômicas e até em questão de segurança e defesa. Sobre as concertações político-diplomáticas, eles destacam a atuação conjunta em órgãos internacionais, como a FAO.

O ato de cooperação entre a FAO e a CPLP é bem simples, de apenas uma página. Estabelece que as duas organizações irão cooperar, sendo observadoras em reuniões, com convites, para tratar de questões de interesses comuns. Também, troca de informações sobre interesses comuns. Por fim, “La cornination de cete coopération sera faite par le Département de la Coopération Técnica de la FAO et par le Secretariat Exécutif de la CPLP” (CPLP, 1999).

Uma das possibilidades estabelecidas pela cooperação entre os dois órgãos foi a confecção de pareceres específicos sobre questões atinentes da FAO acerca dos países da CPLP em bloco. O relatório em destaque neste trabalho, intitulado “Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP”, analisando 2011 e lançado em 2013, faz parte deste trabalho conjunto. Para elaborar este relatório foi escolhido o consultor português João Pinto.

Na primeira parte do relatório, o autor faz um breve demonstrativo sobre a questão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos países componentes da CPLP. Nesta parte, ele afirma que a maior parte dos países da comunidade ainda tem muito trabalho pela frente para atingir a meta estabelecida em 1996, que seria de reduzir pela metade a quantidade de pessoas em condição de insegurança alimentar. O relatório aponta alguns fatores que favorecem a este quadro, alinhando-os com outros aspectos relativos ao desenvolvimento.

O grupo de pessoas vulneráveis à insegurança alimentar na CPLP coincidem com o grupo de pessoas mais afetadas pela fome no mundo. Ainda afirma que: “(...) pobreza, por via da limitação de rendimento para acesso aos alimentos e serviços básicos, é apontada como uma das principais causas da vulnerabilidade” (PINTO, 2013, p.8). A isto, o autor correlaciona com a questão relativa à falta de redes de proteção das pessoas vulneráveis.

Nesta parte, ele apresenta um quadro comparado, em que tenta demonstrar, categorizando, as pessoas mais

vulneráveis à Insegurança Alimentar. Neste sentido, é possível estabelecer uma análise com base em desenvolvimento desigual e comparado, em que os países, com problemas próprios e conflitos mal resolvidos, são colocados em patamar similar com outros em situação mais confortável. Neste sentido, é possível perceber (ainda que o leitor tenha que ter bastante atenção) que, mesmo Portugal tendo seus problemas, é um patamar mais próximo do ideal em relação à SAN. Também, a multiplicidade é levada em consideração, pois aborda as diferenças entre sociedades para construir os argumentos, ao mesmo tempo em que a interação entre elas também se tornam importantes.

A modernidade aí se propõe, nesse sentido, ao abordar o fato de que o acesso aos recursos é bem menor por certa parte da população. Ao optar pela externalidade, os estados em situação mais crítica não desenvolvem políticas tão profundas para que se atinja a SAN. Também, o controle dos recursos nos países faz com que menos gente tenha acesso, o que é correlacionado ao problema da insegurança alimentar para Pinto.

Na segunda parte, Pinto se dedica a entender a ligação entre a questão de SAN e o respeito a questões relativas aos Direitos Humanos. Neste quesito, ele avaliou que quase todos os países assinaram e ratificaram os principais tratados que versam sobre SAN, chamando a atenção para que a análise deve ser mais profunda, levando em consideração a capacidade de internalização das normas.

A análise é feita de país por país, em que Pinto busca apresentar como cada país se porta de forma internacional em relação à SAN, bem como internaliza tanto em relação às normas quanto em políticas públicas.

Pinto destaca que todos os países vêm empreendendo esforços para que os objetivos estabelecidos na Cimeira de Roma, de 1996, sejam alcançados. Contudo, ele destaca que apenas o Brasil prioriza o objetivo de atingir a SAN nos termos legais e constitucionais.

Como dito no princípio deste texto, a questão da fome e insegurança alimentar não podem ser tratadas em apenas uma frente única, devendo ser considerada a multissetorialidade. Contudo, Pinto destaca que poucos países da CPLP enxergam desta forma, e que estes dão foco ao aumento da produção agrícola como caminho para erradicação da fome.

Neste sentido, seguindo a análise pelos conceitos descritos anteriormente, o combate à insegurança alimentar segue caminhos e fluxos de vários setores. A multiplicidade proposta por Rosemberg (2016) ao explicar o desenvolvimento desigual e combinado está circunscrito nas ações tomadas internacionalmente (coexistência e combinação) são internalizadas, seja através de normas, seja através de ações concretas. Contudo, a diferença se torna essencial para que haja a compreensão que as políticas a serem adotadas devam ser adaptadas para que tenha sucesso neste sentido.

Na terceira parte, o autor apresenta os resultados de forma sistematizada. Em primeiro lugar, há uma constatação de que, no conjunto, a CPLP tem um conjunto com quase 28 milhões de desnutridos, sendo o mais problemático, Angola (PINTO, 2013, p. 36). Isto afirmado para além do já descrito nas partes anteriores.

Na questão das recomendações, Pinto desenvolve uma matriz SWOT<sup>5</sup>, em que leva em consideração os fatores descritos no intuito de buscar o objetivo de erradicar a insegurança alimentar.

Como forças, a se destacar, há o forte comprometimento dos países membros da CPLP em erradicar a insegurança alimentar. As práticas e as instituições da CPLP também são destacadas como forças do bloco neste sentido. Como oportunidades, a comunidade é reconhecida por Pinto como contributo para a mudança da governança global sobre SAN, bem como a inserção dos países em diversos organismos regionais auxilia no processo para a redução da insegurança alimentar.

Como fraquezas, é listada a debilidade de alguns dos países da CPLP em colocar nos quadros legais e políticos o objetivo de erradicar a insegurança alimentar. Ou seja, ainda que haja o compromisso firmado, bem como a adesão a tratados internacionais neste sentido, os países ainda tem dificuldade de internalizar o combate à fome e insegurança alimentar como objetivo deste processo. Como ameaças, a volatilidade dos preços dos alimentos é entendida como algo capaz de afastar os investimentos na maior capacidade de produção alimentícia, bem como os recursos financeiros são escassos.

---

<sup>5</sup> Matriz de análise que leva em consideração as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Neste sentido, a combinação de fatores inerentes dos países membros da CPLP é determinante para explicar os fatores que geram insegurança alimentar. Contudo, as externalidades também não podem ser desprezadas. O exemplo apontado por Pinto como situação mais periclitante, Angola, estava em guerra civil até o ano de 2002, e o processo de reconstrução permanece delicado.

Olhando pelo espectro da modernidade e colonialidade, é possível observar as discrepâncias entre os países colonizados de seu colonizador. Ainda que possua uma pauta humanitária, o debate sobre a SAN é feito sob o espectro colonial, no passo em que a produção de conhecimento sobre se dê nas antigas metrópoles com enfoque nas antigas colônias. Ainda, seguindo o dito por Quijano (2000) as relações ligadas ao capital são racializadas, e elas seguem nas relações de controle do trabalho assalariado, dos recursos e dos produtos. Neste sentido, a questão da insegurança alimentar pode ser algo fruto do direcionamento da produção para aquilo que o mercado externo esteja mais clamando.

Já olhando pelo viés do desenvolvimento desigual e comparado, há a observação que é feita a partir dos elementos listados por Rosenberg (2016). A coexistência se manifesta, não apenas na inexistência de uma entidade superior entre os países, mas na questão da constituição de organizações internacionais com o intuito de se debater e mitigar a insegurança alimentar. Neste caso, a cooperação empreendida entre CPLP e FAO é fundamental não apenas para entender o problema (sem reflexões muito profundas) como para sugerir ações para se atingir a SAN. A diferença se manifesta na diversidade geográfica representada pela própria CPLP, bem como os processos tomados nos diferentes espaços geográficos se manifestam.

A interação se dá no processo de aprendizado entre as sociedades da CPLP. Atingir a SAN, neste caso, é a meta primordial, e a multiplicidade gera meios diplomáticos no intuito de mitigar a insegurança alimentar. A combinação ocorre no fato de que os esforços ocorrem não individualmente. Ainda que no relatório não destaque com grande presença, a cooperação internacional entre os países membros ocorrem no sentido de reduzir os índices de pessoas passando fome. Por fim, a mudança dialética tem espaço no processo de superação do quadro atual.

#### IV.

Desta forma, conclui-se que os processos para que se atinjam o patamar ideal de SAN são complexos, assim como são longos. Para que haja uma superação da insegurança alimentar, faz-se mister compreender o porquê ela ocorre.

Como dito anteriormente, entender os processos relativos à fome e insegurança alimentar não são postos puro e simples. Tampouco são passíveis de serem resolvidos por especialistas isolados. A interdisciplinaridade que produziu o conceito de SAN<sup>6</sup> também visa produzir soluções.

O presente artigo foi uma tentativa de buscar enxergar a forma com que a FAO enxerga os países da CPLP, bem como os esforços empreendidos por estes países para se atingir a SAN. Logo, considero como uma possibilidade de que debates sejam estabelecidos, bem como de buscar ampliar o espectro dele. A escolha dos temas usados para a análise também fora neste sentido.

Certamente que há debates em outros sentidos que não foram aplicados, como o de segurança alimentar x soberania alimentar. Creio que possa ser feito em outro momento.

---

<sup>6</sup> Neste caso, há de se destacar que, em outras ciências, se estabelece não apenas o mínimo que um ser humano necessita para se desenvolver bem, mas o que significa comer bem, quais nutrientes são os mais indicados e o que o corpo necessita em amplo espectro. Por isto que pode ocorrer casos de pessoas obesas e mal nutridas.



## Referências

- BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.12-20, jan-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 11.
- BLANEY, David L. e TICKNER, Arlene B. Worlding, Ontological Politics and the Possibility of a Decolonial IR. **Millennium: Journal of International Studies**, p.1-17, 2017.
- BLANEY, David L. e TICKNER, Arlene B.. International Relations in the Prison of Colonial Modernity. **International Relations**, vol.31, n.1, p.71-75, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: Ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CPLP. **Histórico**: Como surgiu. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: julho de 2019.
- CPLP. **Lettre-accorde de Coopération entre la CPLP et la FAO**. 1999. Disponível em: <[https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFile\\_r%2fcplp%2fAcordos%2fProtocolos%2fAcordo-Coop-CPLP-e-FAO\\_carta.pdf](https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFile_r%2fcplp%2fAcordos%2fProtocolos%2fAcordo-Coop-CPLP-e-FAO_carta.pdf)>. Acesso em: julho de 2019.
- MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. Brasília: Editora Oficial, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: julho de 2019.
- PINTO, João. **Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP**: Diagnóstico de Base. Roma: Organização das Nações Unidas Para A Alimentação e A Agricultura, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3348o.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- ROJAS, Cristina. Contesting the Colonial Logics of the International: toward a relational politics for the pluriverse. **International Political Sociology**, Advance Access November 11, 2016, p.1-14, 2016.
- ROSENBERG, Justin. International Relations in the Prison of Political Science. **International Relations**, vol.31, n.2, p.127-153, 2016.
- SILVA, Sandro Pereira. **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA AGENDA POLÍTICA NACIONAL: PROJETOS, DESCONTINUIDADES E CONSOLIDAÇÃO**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD\\_1953.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf)>. Acesso em: julho de 2019.
- TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**: Volume 1. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530450/A\\_historia\\_revolucao\\_russa-v.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530450/A_historia_revolucao_russa-v.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: julho de 2019.
- VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.51-60, jan-jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

